



GEOGRAFIA HISTÓRICA E AS ESPACIALIDADES DAS VILAS DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ E MAZAGÃO NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL (AMAPÁ-AP)¹

Laís Cristiane Martins Freitas²
Emmanuel Raimundo Costa Santos³
Alan Patrick Coimbra Melo⁴

RESUMO

Neste artigo destaca-se a relevância da Geografia histórica para compreender o processo de colonização e formação do Estado do Amapá (norte do Brasil). A partir da criação e do funcionamento das vilas coloniais de São José de Macapá e Mazagão durante a vigência do Diretório dos Índios (1757-1798), acentuou-se o processo de urbanização da Amazônia Setentrional mediante o remodelamento dos espaços e paisagens afetando diretamente suas populações, dentre elas, a indígena. Dessa forma, a pesquisa em andamento concentra como base conceitual a articulação dos conceitos de tempo, espaço e espacialidade para analisar a historicidade das vilas coloniais durante o Amapá colonial.

Palavras-chave: Geografia histórica, Espacialidade, Diretório dos Índios, Vilas de São José de Macapá e Mazagão.

ABSTRACT

Cet article met en évidence la pertinence de la géographie historique pour comprendre le processus de colonisation et de formation de l'État d'Amapá (nord du Brésil). Depuis la création et le fonctionnement des villages coloniaux de São José de Macapá et Mazagão pendant le mandat du Directoire des Indiens (1757-1798), le processus d'urbanisation de l'Amazonie du Nord s'est accentué par le remodelage des espaces et des paysages, affectant directement leur populations, parmi lesquelles les indigènes. Ainsi, la recherche en cours concentre comme base conceptuelle l'articulation des concepts de temps, d'espace et de spatialité pour analyser l'historicité des villes coloniales pendant l'Amapá coloniale.

Mots-clés : Géographie historique, Spatialité, Répertoire des Indiens, Vilas de São José de Macapá et Mazagão.

¹Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

²Mestranda em Geografia e Licenciada em História-Universidade Federal do Amapá-UNIFAP.E-mail: martinslais3@gmail.com

³Doutor e Professor Adjunto da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP.E-mail:emmanuel@unifap.br

⁴Mestrando em Geografia-Universidade Federal do Amapá-UNIFAP. E-mail: alancoimbra.ofbm@gmail.com



INTRODUÇÃO

Certamente o diálogo entre a História e a Geografia, ciências coirmãs, no que tange o estudo das espacialidades e sociedades do período colonial, revelam um campo de potencialidade para efeitos de pesquisa a respeito das geografias do passado e do espaço geográfico em diferentes escalas locais, regionais e nacionais.

O estudo das geografias do passado mediante a tríade tempo-espaço-sociedade, decerto, é um caminho teórico viável na produção do conhecimento sobre a formação e produção dos espaços e as experiências dos agentes sociais por meio das impressões materiais e simbólicas. Dessa forma, o artigo analisa a espacialidade histórica ocorrida na região denominada de Cabo Norte (atual Estado do Amapá-Norte do Brasil), a partir da criação e a operacionalização das vilas históricas de São José de Macapá e Mazagão.

Nessa trajetória, destacam-se as experiências e vivências dos agentes sociais no processo de formação e produção dos espaços por meio das impressões materiais e simbólicas, marcas da ação do trabalho, reconstituindo assim a relação espaço-sociedade de um determinado período histórico. A geografia histórica enquanto campo teórico realiza o exercício de resgate do tempo histórico a partir da análise da dinâmica espacial, viabilizando o surgimento de interpretações sobre as continuidades dos espaços, paisagens e lugares.

Desse modo, a pesquisa em andamento analisa a espacialidade histórica ocorrida no Cabo Norte (atual Estado do Amapá) a partir da criação e operacionalização de suas vilas coloniais no século XVIII, respectivamente: a Vila de São José de Macapá⁵ e a Vila de Mazagão⁶ as quais originaram os municípios de Macapá (capital do Estado do Amapá) e Mazagão (município localizado no Sul do Estado do Amapá).

Justifica-se a escolha da temática e do objeto de estudo tendo em vista que a criação desses núcleos populacionais no século XVIII esteve assentada no contexto da reforma pombalina durante o sistema do Diretório dos Índios (1757-1798), o qual ensejou transformações nos espaços coloniais segundo o modelo de urbanização portuguesa na Amazônia Setentrional, configurando como uma experiência crucial para analisar a ocupação e a formação territorial da Amazônia brasileira.

⁵ Oficialmente a instalação da Vila de São José de Macapá ocorreu em 1751, que incluiu em um primeiro momento o envio de colonos açorianos para a ocupação da povoação no Cabo Norte.

⁶ A Vila de Mazagão ou a Vila Nova de Mazagão tem sua efetiva instalação na Costa Setentrional do Grão-Pará em 1770, com o envio das primeiras famílias mazaganenses.



Conforme articula Abreu (2014), o resgate da memória das cidades, seja a memória individual ou coletiva, constitui em um dos procedimentos fundamentais realizados no campo teórico da geografia histórica. Todavia, esse processo demanda uma sensibilidade do pesquisador, uma vez que, a recuperação da memória da cidade, na maioria das vezes não pode ser alcançada na sua totalidade, pois a memória é seletiva. Por isso, o diálogo com a História é tão importante para recuperar esse passado seja materializado no espaço ou nos documentos coloniais.

De acordo com Santos (2008), a reconstituição das geografias do passado ou das geografias pretéritas é um exercício ainda bastante desafiador para o geógrafo, uma vez que as categorias de tempo e espaço precisam ser articuladas de forma coerente, isto é, precisam ser conciliadas para que o tratamento do espaço dialogue com o tempo, pois o espaço é modificado pela ação do tempo.

Considerando as dinâmicas de ocupação e povoamento na Amazônia Portuguesa, o Cabo Norte (Amapá colonial) deve ser analisado como um ponto de intersecção nesse processo, cuja articulação e manutenção de núcleos populacionais foram pensados estrategicamente pelas autoridades lusitanas. Embora, existam diversos trabalhos que discutem a experiência de colonização na Vila de São José de Macapá e respectivamente sobre a Vila de Mazagão, são raros os estudos que dialogam o processo de colonização na Amazônia Setentrional a partir da perspectiva da geografia histórica.

METODOLOGIA

No que tange a metodologia, o artigo concentra a leitura da bibliografia orientada a partir dos conceitos de espaço e espacialidade, bases conceituais da ciência geográfica conjuntamente a análise histórica para compreender a historicidade das vilas coloniais de São José de Macapá e Mazagão, pois ambas estiveram anexadas ao projeto de colonização firmado na faixa setentrional do Grão-Pará durante o século XVIII.

Existe uma extensa bibliografia sobre o processo de colonização na Amazônia Portuguesa, mais especificamente sobre a região do Grão-Pará no século XVIII. Há um vasto empenho de historiadores e geógrafos materializado em obras e estudos a respeito das experiências coloniais na Amazônia brasileira, principalmente no que tange as heranças e os impactos dos projetos de colonização, a introdução do Diretório pombalino é um desses exemplos, que se estruturou em um sistema político centrado na expansão das vilas coloniais originando as cidades amazônicas.



REFERENCIAL TEÓRICO

Nas últimas décadas, a produção de estudos e pesquisas no âmbito da geografia histórica têm sinalizado um cenário bastante amplo e interdisciplinar ancorado na correlação e fluidez entre tempo e espaço na reconstituição das geografias do passado, uma discussão teórica fundamental para analisar e compreender as dimensões tangíveis e simbólicas que constituem os espaços, as cidades e lugares.

De acordo com o geógrafo, Maurício Abreu (2014), reconhecido como um dos maiores representantes da Geografia Histórica no Brasil, a cidade deve ser considerada como um lugar de memória, um espaço dinamizado pelas memórias individuais e coletivas, por isso, este autor analisa que: “A cidade é uma das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si. Uma dessas resistências que não permitem que suas memórias fiquem perdidas no tempo, que lhes dão ancoragem no espaço.” (ABREU, 2014, p. 38). Dessa maneira, se percebe que identificar e contextualizar as memórias das cidades é um exercício importante para conhecer a história do lugar e os seus desdobramentos ao longo do tempo.

Segundo Abreu (2014), o resgate da memória das cidades, seja a memória individual ou coletiva, constitui em um dos procedimentos fundamentais realizados no campo da geografia histórica. Todavia, esse processo demanda uma sensibilidade do pesquisador, uma vez que, a recuperação da memória da cidade, na maioria das vezes não pode ser alcançada na sua totalidade, pois a memória é seletiva. Por isso, o diálogo com a História é tão importante para recuperar esse passado seja materializado no espaço ou nos documentos. Nesse sentido, Abreu (2014, p.40), disserta o seguinte:

[...] É através da recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado (estejam elas materializadas no espaço ou em documentos), e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade (muitas das quais certamente fadadas ao desaparecimento que poderemos resgatar muito do passado, eternizar o presente, e garantir às gerações futuras um lastro de memória importante para a sua identidade.” (ABREU, 2014, p. 40).

Diante disso, se observa a possibilidade de resgatar o passado da cidade, as suas narrativas pretéritas sejam por meio da materialidade do espaço ou dos documentos, constituindo assim em uma importante via e instrumento para o geógrafo no processo de geografizar o espaço e suas espacialidades, essa metodologia colabora para o entendimento



mais abrangente sobre as experiências em contextos nacionais, regionais e locais. Neste caso, a cidade e seus discursos se configuram como um cenário propício para a reconstituição do passado por meio da produção dos vestígios que corroboram para compreender as memórias e as tessituras das relações sociais reveladas no presente.

De acordo com Milton Santos (2008, p. 51), a reconstituição das geografias do passado ou das geografias pretéritas é um exercício ainda bastante desafiador para o geógrafo, uma vez que, as categorias de tempo e espaço precisam ser articuladas de forma coerente, isto é, precisam ser conciliadas para que o tratamento do espaço dialogue com o tempo, pois o espaço é modificado pela ação do tempo, o estudioso é bastante enfático ao levantar essa questão, pois nas palavras de Santos (2008, p.51): “ A geografia histórica pretende retratar o passado, mas ela o faz assentada no presente, isto é, a partir do momento em que é escrita.”

Considera-se que os estudos de Santos (2008) e Abreu (2014), cooperam para um entendimento bastante necessário sobre o campo da geografia histórica e suas formas de retratar o passado realizando uma ancoragem do espaço no presente, tendo em vista, que o tempo é fecundo, dinâmico. A correlação entre tempo-espaço é um caminho discutido pelos geógrafos históricos, uma possibilidade teórica e metodológica que estuda e compreende o passado de determinado espaço a partir da compreensão do tempo presente.

Com base nisso, a implementação da política do Diretório dos Índios na segunda metade dos setecentos, ensejou um novo arranjo na Amazônia colonial materializada em ações que visavam a transformação dos espaços assim também como a regulação das populações indígenas. De acordo com Acevedo Marin (1999), Almeida (2005), Ravena (2005) e Coelho (2005, 2006), o sistema do Diretório constituiu em um importante fator não apenas sob a perspectiva mercantilista e da agricultura comercial, mas igualmente refletiu em impactos no próprio cotidiano dos povos indígenas que passaram a ter a suas vidas reguladas com a inserção de uma legislação, introdução de diretores brancos nas povoações coloniais para monitorar o trabalho dos indígenas, o pagamento do dízimo sobre a colheita, eram alguns dos mecanismos para homogeneizar e equiparar brancos e povos indígenas, todavia, essas intenções nem sempre foram concretizadas, tendo em vista, a resistência dos ameríndios, pois de acordo com Almeida (2010), as relações entre indígenas e portugueses na Amazônia Portuguesa foi constantemente marcada por disputas, acordos e negociações.

No que tange a experiência do Diretório na região do Cabo Norte, uma compreensão sobre as balizas temporal e espacial em que assenta e operacionaliza a vila de São José de Macapá é um dos aspectos norteadores dessa pesquisa, considerando as dinâmicas de



ocupação e povoamento nessa faixa da Amazônia Setentrional, que a princípio, enfrentou diversas improvisações e adaptações devido a instabilidade fronteiriça, a carência de colonos brancos, a resistência dos indígenas, a irregularidade no abastecimento interno, foram alguns dos fatores que contribuíram para a criação das vilas coloniais, ao mesmo tempo, se tornaram desafios para a manutenção desses espaços no Cabo Norte. (ACEVEDO MARIN, 1999; RAVENA, 2005).

Segundo Ravena (1999), o governador Mendonça Furtado realizou o transporte improvisado dos colonos açorianos para o Cabo Norte. Nesse sentido, não somente o deslocamento dessas famílias consistiu em uma solução rápida de povoamento na região, mas subentende-se que por longos períodos a sobrevivência dos colonos e indígenas esteve comprometida, principalmente pela carência de alimentação e o despreparo dos moradores, que passaram a depender constantemente dos serviços dos indígenas.

De igual modo, a Amazônia Setentrional esteve imersa nesse projeto colonial, a criação da vila de São José de Macapá é um exemplo dessa lógica pensada e articulada pelas autoridades portuguesas. No caso da experiência no Cabo Norte, a região se configurou como um ponto estratégico para o asseguramento e resguardo dos objetivos lusitanos, tendo em vista que a sua localização era vista com certa urgência devido à instabilidade fronteiriça, porém, o surgimento dos conflitos e as negociações com os povos indígenas é uma característica importante e crucial para compreender esse processo de povoamento da Amazônia Setentrional e da formação do atual Estado do Amapá, que reordenaram esses espaços trazendo novas configurações e arranjos espaciais, sociais e culturais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os diálogos da geografia histórica para o estudo das geografias do passado mediante a correlação da tríade tempo-espaço-sociedade, decerto, é um caminho teórico viável na produção do conhecimento sobre a formação e produção dos espaços e as experiências dos agentes sociais por meio das impressões materiais e simbólicas. As vilas de Macapá e Mazagão foram introduzidas segundo o modelo de urbanização lusitana na Amazônia Setentrional configurando como uma experiência crucial para interpretar a ocupação territorial nessa faixa da atual Amazônia brasileira. Esse processo introduziu mudanças e



adaptações não apenas na organização do espaço amazônico, mas no cotidiano das populações indígenas com a introdução do sistema do Diretório dos Índios.

Para a Amazônia Portuguesa, foram designadas ações de ocupação e povoamento das áreas sujeitas às invasões estrangeiras. Uma das principais motivações para que ocorresse a intensificação das ações demarcatórias foi a assinatura do Tratado de Madrid⁷ de 1750, que exigiu a ocupação imediata, após longos períodos de disputa entre portugueses e espanhóis pelas possessões na América. Fruto disso, foi a implementação do sistema político, econômico e social que agregou mudanças radicais na organização da imensa região, assim como das diversas etnias indígenas que compunham a Amazônia Portuguesa.

Os objetivos almejavam o controle dos índios ex-aldeados⁸ das Missões Religiosas, todavia, sinalizavam para os interesses econômicos que estavam nos planos lusitanos para essa região. O interesse do Diretório pombalino era manter os indígenas na condição de vassalos agricultores, aliados importantes para o resguardo das fronteiras e o aumento populacional, assim como para a viabilização de um projeto agrícola, gerador de lucros à Fazenda Real. Não foi em vão que em 1755, houve o fim da escravização indígena, o incentivo aos casamentos entre colonos e índias em troca de honrarias e a criação da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão⁹.

Uma das primeiras mudanças surgiu com a inserção de um diretor e militar branco nos núcleos populacionais, o diretor era indicado pelo governador da Província do Grão-Pará, o qual teria poderes para administrar os indígenas das povoações, uma diferença quanto ao que previa o Regimento das Missões. Este documento proibia a permanência de moradores brancos e mestiços nos aldeamentos missionários.

Com base nisso, se entende que a experiência de povoamento da Capitania do Cabo Norte, cuja administração política e econômica pertencia à Província do Grão-Pará, as ações de resguardo e povoamento estiveram relacionadas à proteção territorial, além de motivações econômicas. Nesse sentido, antes da implantação do Diretório pombalino, já se articulava a criação de uma povoação e fortaleza em Macapá, por isso, o Governador do Estado do Grão-

⁷O Tratado de Madrid foi um acordo estabelecido entre as Coroas Portuguesa e Espanhola na segunda metade do século XVIII, redefinindo as regiões ao norte e sul da América. Seguindo o princípio de *utipossidets*, as regiões em disputa pertenceriam à nação que ocupasse e povoasse primeiro.

⁸Índios regressos dos aldeamentos missionários após a extinção dos Regimento das Missões (1686-1757).

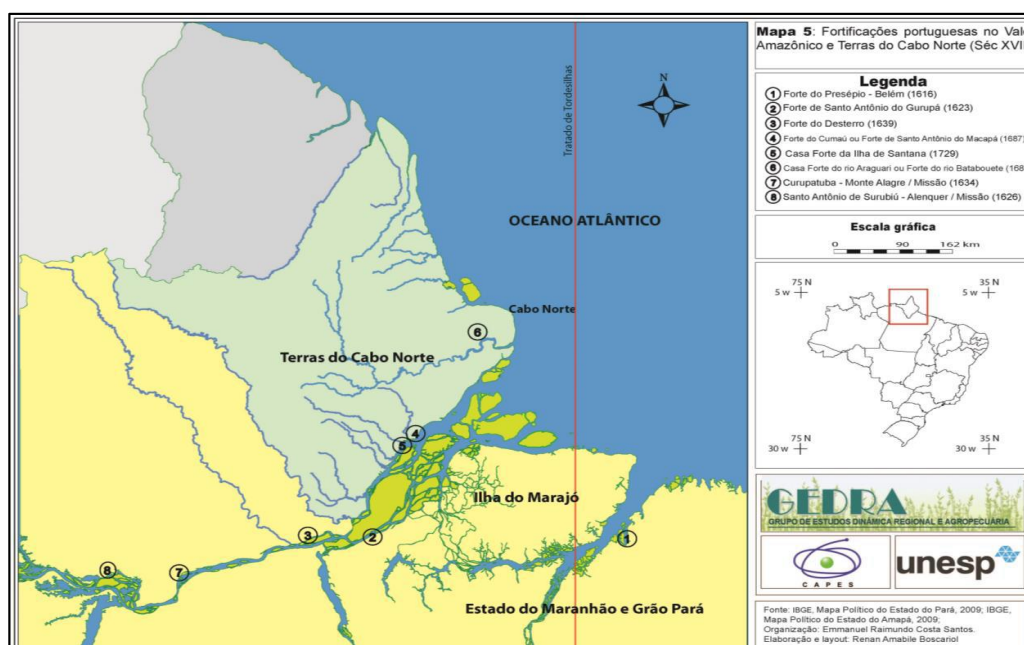
⁹A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão criada em 7 de junho de 1755, no reinado de Dom José I foi uma das mais importantes companhias pombalinas do comércio colonial. Com vinte anos de funcionamento, a companhia monopolista operou na exploração e comercialização das drogas do sertão e outros gêneros, como: algodão, cacau, anil, tabaco, cravo, canela, óleo de copaíba, entre outros.



Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, já em 1751 descrevia medidas para o envio de colonos açorianos para a região do Cabo Norte.

A estratégia lusitana vinculava o resguardo do Cabo Norte com a implantação de um núcleo populacional, que posteriormente se transformaria na Vila de São José de Macapá. Uma das primeiras ações estava relacionada ao projeto da agricultura para a produção de gêneros ao consumo interno, pois segundo o governador, as terras estavam improdutivas e precisavam de colonos para cultivá-las. Sem contar que os casais açorianos de Belém, representavam um alto custo financeiro para os cofres reais. Desse modo, o envio desses colonos, poria fim à duas preocupações do Estado: a defesa e o povoamento do Cabo Norte e a economia dos cofres reais (RAVENA, 1999).

No caso da experiência no Cabo Norte, a região se configurou como um ponto estratégico para o asseguramento e resguardo dos objetivos lusitanos, considerando que a sua localização era vista com certa urgência devido à instabilidade fronteiriça, porém, o surgimento dos conflitos e as negociações com os povos indígenas é uma característica importante e crucial para compreender esse processo de povoamento da Amazônia Setentrional e do próprio Amapá colonial, que reordenaram esses espaços trazendo novas configurações e arranjos espaciais, sociais e culturais.



MAPA 1: Fortificações Portuguesas no Grão Pará. **Fonte:** SANTOS, Emmanuel. R.C. 2018.

Desse modo, os conceitos de espaço e espacialidade, constituem as bases da ciência geográfica, são determinantes para compreender e analisar as geografias e as sociedades do



passado. A partir disso, demonstra-se nesta pesquisa que a confluência entre a História e a Geografia oportuniza um diálogo substancial para interpretar as espacialidades do Amapá colonial mediante a criação de suas vilas coloniais: a Vila de São José de Macapá e a Vila de Mazagão, esses núcleos populacionais foram estrategicamente implantados e povoados na Amazônia Setentrional e dinamizadas pela presença das populações indígenas e estrangeiros, evidenciando-se, portanto, que o estudo da espacialidade estrutura-se na correlação entre tempo e espaço sobre a formação territorial amapaense.

Segundo Corrêa (2000), o conceito de espaço é um debate amplo na Geografia, por se tratar de uma categoria-chave, é utilizado usualmente no cotidiano e por outras ciências, porém foi na ciência geográfica que esta categoria se consolidou, tornando-se a base estrutural do pensamento geográfico e do trabalho do geógrafo. Segundo Milton Santos (2014), o espaço é o produto da interação entre os sujeitos e suas respectivas ações por intermédio dos objetos naturais e artificiais, essa interessante concepção do estudioso, contribui para analisar a formação e a operacionalidade das vilas coloniais a partir do arranjo político, econômico e social estabelecido pelas autoridades portuguesas na Amazônia colonial. De acordo com o autor, a espacialidade também se vincula a análise do espaço, porém, ela é funcional, um momento, que depende do espaço para acontecer segundo a organização dos objetos, por isso, Santos (2014) é bastante enfático ao escrever: “A espacialização não é resultado do movimento apenas da sociedade, porque depende do espaço para se realizar.”

Desse modo, conforme analisam Corrêa (2000) e Santos (2008, 2014), espaço e espacialidade são categorias dinâmicas, que se relacionam a partir da combinação dos sujeitos com os objetos, enquanto o espaço é a base da reprodução do movimento, a espacialidade é o espaço acontecendo, por isso é funcional. De acordo, com Almeida (2010), a política do Diretório pombalino acentuou ainda mais a presença portuguesa na Amazônia colonial da segunda metade do século XVIII, injetando e expandindo novas ações sobre a região, o que pode ser percebido na formação dos povoados e vilas que com o decorrer do tempo passaram a adquirir outras funções.

Conforme analisa Araújo (1998), o processo de colonização na Amazônia colonial portuguesa despontou durante o século XVIII, principalmente durante a política reformista do Marquês de Pombal, justamente, neste período iniciam a criação dos primeiros núcleos populacionais que originaram as cidades amazônicas, como Belém, Macapá e Mazagão, que constituíram como experiências da personificação da administração pombalina na região amazônica, além disso, se observa a intensidade do projeto urbanizador voltado para a



Amazônia Setentrional, segundo a definição da autora, ocorreu o próprio “domar do espaço” materializado no discurso e no pragmatismo português.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação e a manutenção das vilas coloniais na Amazônia Setentrional durante a segunda metade do século XVIII, inaugurou o processo de colonização no Cabo Norte, região que se destacou por sua localização fronteiriça e pela urgência de povoamento desde o período das Missões Religiosas. Com a decretação e vigência do Diretório pombalino, as intenções e os instrumentos de ocupação passaram a ser intensificados, os antigos aldeamentos indígenas transformados em vilas coloniais se tornaram espaços caracterizados pela grande influência lusitana, embora, por meio dos documentos coloniais as narrativas expressem diversas experiências tanto na perspectiva das autoridades lusitanas quanto dos povos indígenas.

Assim como na maioria da Amazônia brasileira, o Cabo Norte (Amapá colonial) não esteve distante de ser uma experiência de ocupação e povoamento que se intensificou durante a formação das cidades amazônicas. A elevação da Vila de São José de Macapá inaugurou um processo que culminou com sucessivas experiências na Macapá colonial, ressaltadas pela chegada de colonos açorianos, a grande dependência da mão de obra indígena, os problemas e tensões no abastecimento interno da vila e durante a construção da Fortaleza de São José de Macapá, constituindo em elementos substanciais para compreender e analisar a formação do Amapá colonial a partir da instalação de núcleos de povoamento pelo Império Português no século XVIII.

Para concluir, a experiência de colonização no Cabo Norte (Amapá colonial) na segunda metade do século XVIII, reforçou a atuação portuguesa na Amazônia Setentrional, atribuindo novas configurações espaciais, territoriais, econômicas e socioculturais culminando para o seu caráter pluriétnico, assim como para o restante da atual Amazônia brasileira. Com base nisso, compreende-se que as vilas de São José de Macapá e Mazagão podem ser consideradas como pontos de intersecção que reafirmam a importância da geografia histórica no resgate das memórias do passado colonial especificamente na formação do Estado do Amapá.



REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. In. **Escritos sobre espaço e história**/organização Fania Fridman, Rogério Haesbaert. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 27-54.

ACEVEDO MARIN, Rosa E. Prosperidade e Estagnação de Macapá Colonial: as experiências dos colonos. In. **Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)** /Flávio dos Santos Gomes (organizador) ... Maria Fernanda B. Bicalho (et al.]. – Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.p. 33-62.

ALMEIDA, Maria Celestino de. A falácia do povoamento: ocupação portuguesa na Amazônia Setecentista. In: COELHO, Mauro Cezar; GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal; MARIN, Rosa E. Acevedo; PRADO, Geraldo. (organizadores). **Meandros da história: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX**. Belém: UNAMAZ, 2005. p. 21-33.

ALMEIDA, Maria Celestino de. **Os índios na história do Brasil** /Maria Celestino de Almeida. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARAÚJO, Renata Malcher. **As cidades da Amazônia no século XVIII – Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: FAUP/publicações. 2ª edição, 1998.

COELHO, Mauro Cezar. O Diretório dos Índios: Possibilidades de Investigação. In: Cezar, Mauro. Et. Al. **Meandros da História: Trabalho e Poder no Grão-Pará e Maranhão Séculos XVII e XIX**. Belém: UNAMAZ, 2005.

COELHO, Mauro Cezar. O Diretório dos Índios e as Chefias Indígenas: Uma inflexão. **Campos 7** (1). 2006, pp. 117-134.

CORREA, Roberto. L. Espaço, um conceito chave da geografia. In. Geografia: conceitos e temas. Organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Côrrea. – 2ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000. p. 16-24.

RAVENA, Nírvia. “Maus vizinhos e boas terras”: idéias e experiências no povoamento do Cabo Norte (século XVIII). In. GOMES, Flávio S. (org.). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII- XIX)**. Editora Universitária/UFPA, 1999. pp. 65-100.

RAVENA, Nírvia. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 2. Dez., 2005, p. 125-149.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**/Milton Santos. -4.ed.4. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. – (Coleção Milton Santos;1).



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

5ª EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia** / Milton Santos; em colaboração com Denise Dias. – 6. ed. 2. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. p. 77-81.